

Liberdade académica: um valor a defender no ensino superior e ciência

Em 2022, o SNESup celebrou o Dia da Liberdade Académica, data que se assinala a 8 de fevereiro, com um encontro de sindicatos de vários países para afirmar que este é um valor que hoje é premente preservar, reforçando o carácter público e democrático do ensino superior e ciência. Hoje enfrentamos desafios e ameaças no plano da liberdade académica que resultam das orientações políticas que enquadram o seu funcionamento.

Por um lado, o subfinanciamento estatal tem sido acompanhado de uma lógica de crescente mercantilização de bens e serviços na ciência e ensino superior, dando lugar a pressões constantes sobre os professores e investigadores para angariação de financiamentos que lhes permitam desenvolver as suas atividades profissionais e/ou forçando os próprios a adquirir os equipamentos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho. Durante a recente crise pandémica, muitos adquiriram equipamentos informáticos e tecnológicos para trabalhar a partir de casa, não tendo existido quaisquer apoios das universidades e politécnicos.

Por outro lado, a sobrevalorização de lógicas mercantilistas que tem influenciado fortemente as orientações políticas e modelos de organização das instituições de ensino superior e ciência, resulta numa redução das práticas de democracia interna e numa limitação cada vez maior à participação de professores e investigadores nas decisões que afetam os contextos em que desenvolvem o seu trabalho. Também nesta vertente a crise pandémica agravou os obstáculos à participação e diminuiu a coesão entre os profissionais nas organizações.

Aliás, em Portugal, ao longo dos últimos 15 anos, mais precisamente desde a publicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior que data de 2007, tem-se observado a diminuição do número de membros nos órgãos de gestão e direção, a centralização

dos poderes nos reitores e presidentes de politécnicos e o enfraquecimento da colegialidade como lógica de governação das instituições. Em paralelo, observa-se a deslegitimação política crescente dos Conselhos Gerais que são o órgão máximo das instituições, mas ao mesmo tempo um órgão mínimo em termos de participação democrática e de representação. Refira-se, a título ilustrativo, que no conjunto das eleições que ocorreram em instituições de ensino superior e ciência entre 2007 e 2021 se observa que as taxas médias de abstenção se cifram em cerca de 53%, sendo 94% entre os estudantes, 35% no caso do pessoal não docente e 25% entre professores e investigadores.

Um outro desafio atual corresponde à existência de associações privadas sem fins lucrativos ligadas a instituições de ensino superior públicas que enquadram o trabalho de cerca de 5827 investigadores em 2020, a grande maioria dos quais são sistematicamente excluídos da participação na vida democrática das instituições. Acresce um outro elemento que limita a participação e a democracia interna, o qual consiste no aumento da contratação com vínculos precários que abrange atualmente cerca de 42% dos professores e cerca de 75% dos investigadores. Ora, devido ao tipo de vínculo contratual, também estes profissionais estão frequentemente excluídos dos processos de tomada de decisão nas instituições.

Por estas razões, é crucial comemorar a liberdade académica na contemporaneidade, bem como conhecer as semelhanças e as diferenças entre as realidades dos vários países. Trata-se de favorecer a união em torno da defesa da liberdade académica enquanto valor essencial para a democracia no ensino superior e ciência.



**MARIANA
GAIO ALVES**

SOCIÓLOGA,
INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO,
UNIVERSIDADE
DE LISBOA, UIDEF
(UNIDADE DE
INVESTIGAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
EM EDUCAÇÃO
E FORMAÇÃO).

PRESIDENTE
DA DIREÇÃO DO
SINDICATO NACIONAL
DO ENSINO SUPERIOR

“[...] Refira-se que [...] entre 2007 e 2021 se observa que as taxas médias de abstenção se cifram em cerca de 53%, [...]”